

São essas situações que interessam à sociologia. Situações cujas *causas* não são encontradas na natureza ou na vontade individual, mas antes devem ser procuradas na sociedade, nos grupos sociais ou nas ações sociais que as condicionam. É tentando explicar essas situações que a sociologia colocará como básico o relacionamento entre indivíduo e sociedade.

A sociologia volta-se o tempo todo para os problemas que o homem enfrenta no dia-a-dia de sua vida em sociedade. Todos os homens possuem conhecimentos práticos de como agir, como participar de instituições, de grupos, etc. Assim, todos possuem um certo *senso comum* acerca da sociedade — ou seja, uma série de conhecimentos adquiridos na prática de como agir em situações coletivas. Nesse sentido, a sociologia está próxima de nossos problemas diários. Mas, por outro lado, a sociologia não se limita a repetir os ensinamentos do senso comum. Ela pretende ser um conhecimento científico sobre a realidade social e, enquanto tal, visa estabelecer teorias, bem como confrontá-las com a realidade. Essas teorias já não são tão simples como as idéias que temos sobre a sociedade. As teorias implicam conceitos — ou seja, a representação dos objetos reais por meio de palavras que os definem e caracterizam. Assim, quando um sociólogo fala em fatos sociais não está apenas usando uma palavra no seu sentido corriqueiro, mas utilizando um conceito que designa alguns aspectos da realidade social.

Os pensadores que no século passado lançaram as bases da sociologia como ciência estavam interessados nesse problema. Eles servem de bom exemplo, não só porque é a partir de suas teorias que ainda hoje se pensa a sociedade atual, mas também porque se ocupavam de estudar a realidade do indivíduo e da sociedade moderna no momento em que essa realidade estava se consolidando historicamente, colocando tanto problemas teóricos como práticos. Para isso criaram conceitos cujo objetivo era explicá-la.

Vejamos, a seguir, alguns autores e os conceitos elaborados por eles.

Durkheim e os fatos sociais

Para o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), a sociedade prevalece sobre o indivíduo. A sociedade é, para esse autor, um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento que não existem apenas nas consciências dos indivíduos, mas que são construídas *exteriormente*, isto é, fora das consciências individuais. Em outras palavras, na vida em sociedade o homem defronta com regras de conduta que não foram diretamente criadas por ele, mas que existem e são aceitas na vida em sociedade, devendo ser seguidas por todos. Sem essas regras, a sociedade não existiria, e é por isso que os indivíduos devem obedecer a elas.

As leis são um bom exemplo do raciocínio de Durkheim. Em toda sociedade existem leis que organizam a vida em conjunto. O indivíduo isolado não cria leis nem pode modificá-las. São as gerações de homens que vão criando e reformulando coletivamente as leis. Essas leis são transmitidas para as gerações seguintes na forma de códigos, decretos, constituições, etc. Como indivíduos isolados, temos de aceitá-las, sob pena de sofrer castigos por violá-las.

Seguindo essas idéias, Durkheim afirmará que os *fatos sociais*, ou seja, o objeto de estudo da sociologia, são justamente essas regras e normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade. Tais fatos sociais são diferentes dos fatos estudados por outras ciências por terem origem na sociedade, e não na natureza (como nas ciências naturais) ou no indivíduo (como na psicologia).

Esses fatos sociais têm duas características básicas que permitirão sua identificação na realidade: são *exteriores* e *coercitivos*.

Exteriores, porque consistem em idéias, normas ou regras de conduta que não são criadas isoladamente pelos indivíduos, mas foram criadas pela coletividade e já existem fora de nós quando nascemos.

Coercitivos, porque essas idéias, normas e regras devem ser seguidas pelos membros da sociedade. Se isso não acontece, se alguém desobedece a elas, é punido, de alguma maneira, pelo resto do grupo.

É justamente a *educação* um dos exemplos preferidos por Durkheim para mostrar o que é um fato social. O indivíduo, segundo ele, não nasce sabendo previamente as normas de conduta necessárias para a vida em



David Émile Durkheim
(1858-1917).

sociedade. Por isso, toda sociedade tem de educar seus membros, fazendo com que aprendam as regras necessárias à organização da vida social. As gerações adultas transmitem às crianças e aos adolescentes aquilo que aprenderam ao longo de sua vida em sociedade. Com isso, o grupo social é perpetuado, apesar da morte dos indivíduos.

O que a criança aprende na escola? Idéias, sentimentos e hábitos que ela não possui quando nasce, mas que são essenciais para a vida em sociedade. A *linguagem*, por exemplo, é aprendida, em grande medida, na escola. Ninguém nasce conhecendo a língua de seu país. É necessário um aprendizado, que começa já nos primeiros dias de vida e se prolonga no decorrer dos muitos anos na escola, para que a criança consiga se comunicar de maneira adequada com seus semelhantes. Sem o aprendizado da linguagem, a criança não poderia participar da vida em sociedade.

Outro conceito importante para Durkheim é o de *instituição*. Para ele, uma instituição é um conjunto de normas e regras de vida que se consolidam fora dos indivíduos e que as gerações transmitem umas às outras. Há ainda muitos outros exemplos de instituições: a Igreja, o Exército, a família, etc.

Assim, para Durkheim é a sociedade, como coletividade, que organiza, condiciona e controla as ações individuais. O indivíduo aprende a seguir normas e regras de ação que lhe são exteriores — ou seja, que não foram criadas por ele — e são coercitivas — limitam sua ação e prescrevem punições para quem não obedecer aos limites sociais. As instituições socializam os indivíduos, fazem com que eles assimilem as regras e normas necessárias à vida em comum.

Weber e a ação social

Enquanto para Durkheim a ênfase da análise recai na sociedade, para o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) a análise estará centrada nos atores e em suas ações.

Para Weber, a sociedade não seria algo exterior e superior aos indivíduos, como em Durkheim. Para ele, a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente referidas. Por isso, Weber define como objeto da sociologia a *ação social*. O que é uma ação social? Para Weber é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Recordemos o exemplo já colocado do eleitor. Ele define seu voto orientando-se pela ação dos demais eleitores. Ou seja, temos a ação de um indivíduo, mas essa ação só é compreensível se percebemos que a escolha feita por ele tem como referência o conjunto dos demais eleitores.

Assim, Weber dirá que toda vez que se estabelecer uma relação *significativa*, isto é, algum tipo de sentido entre várias ações sociais, teremos então relações sociais. Só existe ação social quando o indivíduo tenta estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações, com os demais.

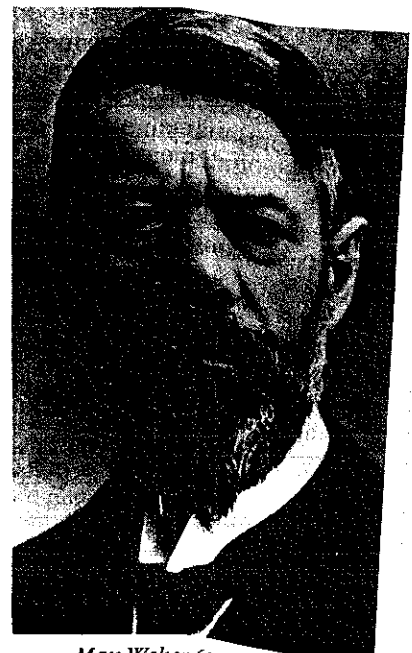
Nem toda ação, desse ponto de vista, será social, mas apenas aquelas que impliquem alguma orientação significativa visando outros indivíduos. Weber dá um interessante exemplo. Imaginemos dois ciclistas que andam na mesma rodovia em sentidos opostos. O simples choque entre eles não é uma ação social. Mas a tentativa de se desviarem um do outro já pode ser considerada uma ação social, uma vez que o ato de desviar-se para um lado já indica para o outro a intenção de evitar o choque, esperando uma ação semelhante como resposta. Estabelece-se, assim, uma relação significativa entre ambos.

A partir dessa definição, Weber afirmará que podemos pensar em diferentes tipos de ação social, agrupando-as de acordo com o modo pelo qual os indivíduos orientam suas ações. Assim, ele estabelece quatro tipos de ação social:

1. Ação tradicional: aquela determinada por um costume ou um hábito arraigado.
2. Ação afetiva: aquela determinada por afetos ou estados sentimentais.
3. Racional com relação a valores: determinada pela crença consciente num valor considerado importante, independentemente do êxito desse valor na realidade.
4. Racional com relação a fins: determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários.

Vejamos, com um exemplo, como essas diferentes categorias podem ajudar a compreender melhor as ações sociais.

As idéias de Durkheim acerca da sociedade também irão levá-lo a propor um certo método para a sociologia. O método de uma ciência consiste no conjunto de regras que o pesquisador deve seguir para realizar, de maneira correta, suas pesquisas. Como Durkheim enfatiza o caráter exterior e coercitivo dos fatos sociais, ele colocará como regra básica de seu método que o pesquisador deve analisar os fatos sociais como se eles fossem coisas, isto é, como se fossem objetos que existem independentemente de nossas idéias e vontades. Com isso, Durkheim enfatiza a posição de neutralidade e objetividade que o pesquisador deve ter em relação à sociedade: ele deve descrever a realidade social, sem deixar que suas idéias e opiniões interfiram na observação dos fatos sociais.



Max Weber (1864-1920).

Tanto na conceituação da ação social como na definição de seus diferentes tipos, podemos perceber que Weber não analisa as regras e normas sociais como exteriores aos indivíduos. Pelo contrário, as normas e regras sociais são o resultado do conjunto de ações individuais, sendo que

os agentes escolhem, o tempo todo, diferentes formas de conduta. As idéias coletivas, como o Estado, o mercado econômico, as religiões, só existem porque muitos indivíduos orientam reciprocamente suas ações num determinado sentido. Estabelecem, dessa forma, relações sociais que têm de ser mantidas continuamente pelas ações individuais.

Conseqüentemente, a concepção de método em Weber também será diferente da de Durkheim. Weber enfatiza o papel ativo do pesquisador em face da sociedade. Os tipos de ação social propostos por Weber, por exemplo, são construções teóricas que servem para tornar compreensíveis certas ações dos agentes sociais. Outros pesquisadores podem construir tipos diferentes para explicar formas de ações sociais que não possam ser compreendidas pelos tipos propostos por Weber. As construções teóricas de cada cientista dependem, assim, de escolhas pessoais que devem ser feitas visando aos aspectos da realidade que se quer explicar. Desse ponto de vista, portanto, não é possível uma neutralidade total do cientista em relação à sociedade.

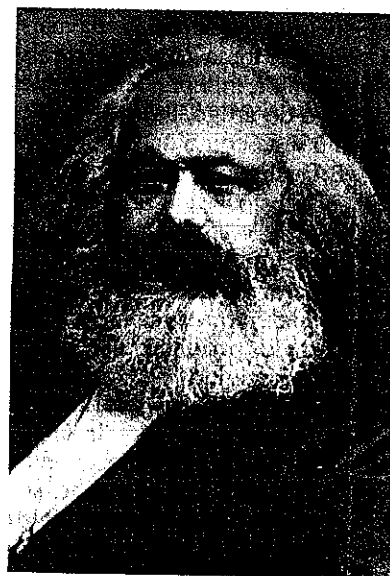
Através da exposição rápida dos conceitos desses três autores, podemos perceber que eles estavam tentando compreender a sociedade de sua época, e para isso elaboraram e utilizaram conceitos como os de *fato social*, *ação social* e *classe social*. De alguma maneira todos estavam interessados em pensar a relação entre indivíduo e sociedade no mundo moderno. As explicações a que chegaram, porém, são bastante diferentes, dependendo do que é estabelecido como central: se o indivíduo, se a sociedade ou se a relação entre ambos.

Essas divergências entre as explicações indicam justamente a complexidade dos problemas colocados pelas novas condições de vida do mundo moderno e as diferentes possibilidades de interpretação dessas novas condições. Até hoje a sociologia trabalha a partir dos conceitos elaborados anteriormente, assim como com muitos outros conceitos e teorias posteriores. O debate entre as diferentes teorias, portanto, é característico do pensamento sociológico. Sem esse debate, nossa compreensão da sociedade seria mais limitada.

A partir dos conceitos sociológicos vistos anteriormente, podemos abordar de uma nova maneira as situações e os problemas da vida cotidiana. Trabalhando com esses conceitos, não mais estaremos no campo do senso comum, mas no da ciência.

Marx e as classes sociais

O pensador alemão Karl Marx (1818-1883) também contribuiu para a discussão da relação entre indivíduo e sociedade. Diferentemente de Durkheim e Weber, considerava que não se pode pensar a relação indivíduo-sociedade separadamente das condições materiais em que essas relações se apóiam. Para ele, as condições materiais de toda a sociedade condicionam as demais relações sociais. Em outras palavras, para viver, os homens têm de, inicialmente, transformar a natureza, ou seja, comer, construir abrigos, utensílios, etc., sem o que não poderiam existir como seres vivos. Por isso, o estudo de qualquer sociedade deveria partir justamente das relações sociais que os homens estabelecem entre si para utilizar os meios de produção e transformar a natureza. Essas *relações sociais de produção* são a base que condiciona todo o resto da sociedade. Para Marx, portanto, a produção é a raiz de toda a estrutura social. Na sociedade antiga, por exemplo, a relação social básica era a relação senhor-escravo. Não po-



Karl Heinrich Marx (1818-1883).

demos, segundo Marx, entender a política ou a cultura dessa época sem primeiramente estudar essa relação básica que condicionava todo o resto da sociedade.

Mas o objetivo maior de Marx não era elaborar uma teoria geral sobre a sociedade, e sim estudar a sociedade de seu tempo — a sociedade capitalista. Segundo Marx, na sociedade capitalista as relações sociais de produção definem dois grandes grupos dentro da sociedade: de um lado, os *capitalistas*, que são aquelas pessoas que possuem os meios de produção (máquinas, ferramentas, capital, etc.) necessários para transformar a natureza e produzir mercadorias; do outro, os trabalhadores, também chamados, no seu conjunto, de *proletariado*, aqueles que nada possuem, a não ser o seu corpo e a sua disposição para trabalhar. A produção na sociedade capitalista só se realiza porque capitalistas e trabalhadores entram em relação. O capitalista paga ao trabalhador um salário para que trabalhe para ele e, no final da produção, fica com o lucro (nos próximos capítulos será discutido o conceito de mais-valia). Esse tipo de relação entre capitalista e trabalhadores leva à exploração do trabalhador pelo capitalista. Por isso, Marx considerava que havia um permanente conflito entre essas duas classes — conflito que não é possível resolver dentro da sociedade capitalista.